

ESPECIAL

Globalização da Pecuária



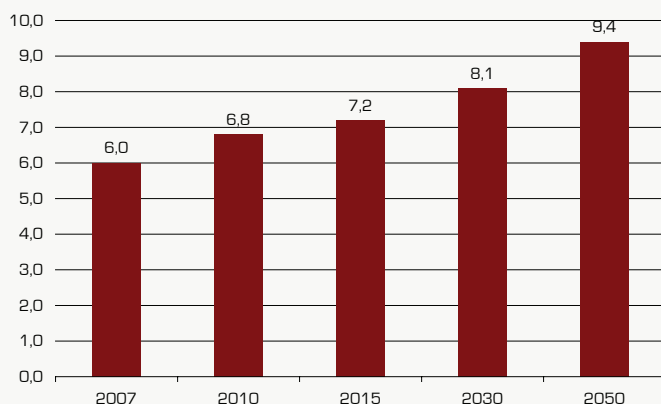
Mercado com ciclo de queda na produção.
O Brasil consolida sua liderança no fornecimento mundial.
Crescem as exigências sanitárias e ambientais.

Oportunidade para o Brasil

O aumento da demanda mundial por carne bovina está ligado à renda e ao crescimento da população mundial. Por conta dessa situação, em dez anos, o comércio mundial de carne vermelha crescerá mais de 12 milhões de toneladas até 2017. Uma média anual de 1 milhão de toneladas, correspondente a US\$ 3 bilhões, puxada principalmente pela demanda dos países em desenvolvimento.

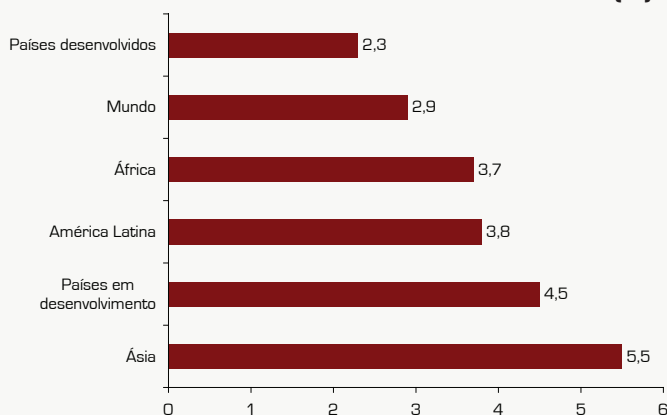
O Brasil é um dos países com liderança no conhecimento técnico e científico na produção de carne. Com sistemas de produção peculiares e diferentes modelos de manejo, o País será um dos responsáveis pela expansão prevista no mercado da carne bovina.

Mundo: evolução da população (em bilhões)



Fonte: FAO

Mundo: taxa de crescimento do PIB - 1997 a 2020 (%)



Fonte: Ifpri

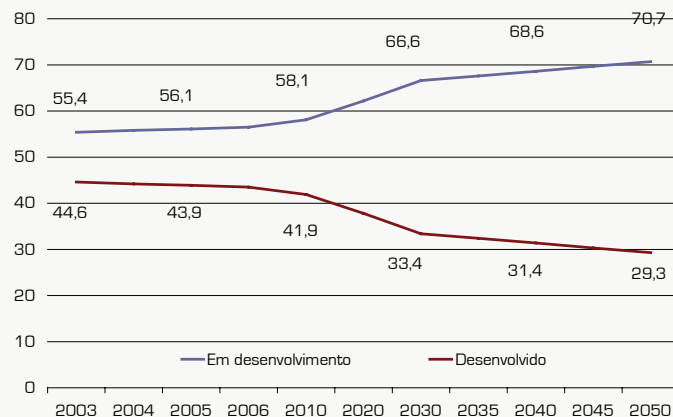
Depois de um longo ciclo de baixa, o mercado interno mostra uma saudável recuperação dos preços da arroba bovina. Há uma redução no abate de matrizes para a recomposição do rebanho nacional. O preço da carne exportada sofre elevação no mercado internacional porque a oferta está ajustada e os custos de produção aumentaram.

Mundo: consumo de carne (milhões de toneladas)

Especificação	2007	2017	Var. [%]
1. Por tipo			
Suíno	104	125	20,2%
Frango	88	106	20,4%
Bovino	68	80	17,6%
Total	268	310	15,7%
2. Por país			
Desenvolvido	100,3	106,6	6,3%
Em desenvolvimento	161,7	203,4	25,7%

Fonte: OCDE

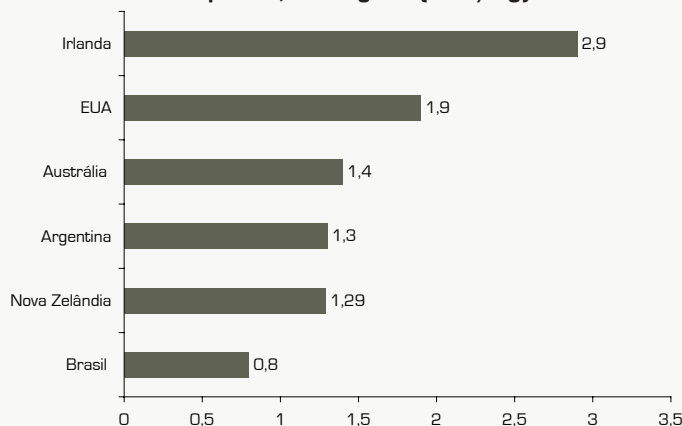
Mundo: participação dos países na produção de carnes (%)



Fonte: FAO

Além de contar com 90 milhões de hectares para ocupação com gado e mais de 15% das reservas de água natural do mundo, com clima perfeito, o Brasil possui excelente capacidade de produção, em condições de alta competitividade, quando avaliado em termos de custo de produção.

Mundo: custo de produção do gado (US\$/kg)



Fonte: Abieac

Na verdade, o potencial da cadeia produtiva da pecuária nacional ganhará maior magnitude à medida que tenha capacitação para desenvolver estratégias importantes como:

- Parcerias entre criadores e frigoríficos com foco na produtividade e qualidade;
- Fortalecimento do *marketing* internacional;
- Incorporação dos consumidores de menores classes de renda;
- Valorização da carne natural de animais em pastagens;
- Estimular a produção de novilhos precoces.

Obviamente, para o Brasil ocupar maior espaço no suprimento mundial de carne bovina, existem obstáculos no caminho. Um dos seus principais alvos é a sanidade animal. As nações que começam a ter acesso a essa proteína animal de qualidade podem até colocar em segundo plano as questões de rastreabilidade, meio ambiente e mão-de-obra. Porém, se o tema for doença, a temor é geral.

Nesse sentido, os esforços na área sanitária devem ser canalizados para:

- Um trabalho com imagem e credibilidade positivas;
- Gestão com base no código da Organização Internacional de Epizootias (OIE);
- Controlar as áreas de fronteiras;
- Apresentar informações consistentes e oportunas.

Os critérios de qualidade determinam em grande parte os níveis de comércio de carnes, tanto no âmbito nacional como no comércio exterior. Na busca por resguardar a saúde dos consumidores, assim como a sanidade e bem estar animal, as normas, no contexto:

- Nacional é emanada pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura.
- Internacional é definida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) dentro do Acordo de Medidas da América do Sul.

América do Sul: focos de febre aftosa

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Argentina	2.126	1	0	0	2	0
Bolívia	88	9	19	0	0	0
Brasil	0	0	0	34	7	8
Colômbia	8	0	2	1	0	0
Equador	108	6	42	23	16	11
Guiana	Livre	Livre	Livre	Livre	Livre	Livre
Paraguai	0	1	1	0	0	0
Peru	0	0	0	26	0	0
Uruguai	2.057	0	0	0	0	0
Venezuela	9	52	34	13	36	43

Fonte: Giefa

Com relação à rastreabilidade, a montagem um plano de implantação envolve um alto grau de profissionalismo. Esta prática ganha dimensão global e os países importadores, seja pela sua segurança alimentar, ou como barreira técnica, estarão cada vez

mais dispostos a exigí-la. A adesão dos exportadores é de caráter voluntário. O conceito propõe transparência, honestidade e permanente diálogo entre as partes envolvidas na produção, visando à satisfação do consumidor cada vez mais exigente e ao estímulo para aqueles que participam do processo.

A rastreabilidade de um animal consiste no acompanhamento e registro dos eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações ocorridas durante sua vida, desde o momento de seu nascimento ou identificação até seu abate. Ao resgatar o histórico do produto e de seu processo de produção, do campo ao prato, atua como mecanismo fundamental na segurança alimentar da população.

Importância da carne brasileira no mundo

Rebanhos (cabeças)	207 milhões	20% do mundo
Abate (cabeças/ano)	45 milhões	18% do mundo
Produção (T Eq carcaça)	9 milhões	17% do mundo
Exportação (T Eq carcaça)	2,4 milhões	33% do mundo
Parque industrial	1.500 unidades	

Fonte: CNA

O mercado mundial de carnes passa por transformações significativas. A partir de 2004, o Brasil ultrapassou a Austrália e tornou-se o maior exportador de carne bovina do mundo. Com crescentes ganhos de produtividade, a cadeia produtiva partiu para a conquista de novos mercados, com a geração de superávits na balança comercial brasileira.

Fatores conjunturais positivos para o Brasil

- O aparecimento da doença da vaca louca na década passada;
- A redução do rebanho norte-americano;
- Alto custo de produção de carne bovina na Europa;
- Seca na Austrália;
- Registro de focos de febre aftosa na Argentina em 2000.

O fato da taxa de desfrute da pecuária brasileira ser baixa, de 22%, quando comparada com 37% nos Estados Unidos, 34% na União Européia, 32% na Austrália, 29% no Canadá, 28% na Argentina, significa uma oportunidade para melhorar os processos produtivos.

Assim, o aumento na produção de carne bovina envolve investimentos na área de reprodução animal. A produtividade ideal é um intervalo de um ano entre os partos das matrizes, com nascimento de um bezerro a cada 12 meses. Mas, a taxa de eficiência está em 50%. Isso significa um parto a cada 18 meses. O resultado pode ser melhorado com a inseminação artificial e o cruzamento industrial. Atualmente, 94% das matrizes são inseminadas por meio da monta natural, e apenas 6% pelo método artificial.

Brasil, Austrália, EUA e Canadá tendem a manter alta participação nas exportações mundiais de carne bovina. Em relação às importações, os EUA, da Rússia, do Japão e da União Européia aparecem como os principais.

Brasil: números básicos da pecuária de corte

	2003	2004	2005	2006	2007
Rebanho Bovino (milhões)	203,5	204,5	207,2	205,9	207,2
Taxa de Abate (%)	18,5	20,3	21,0	21,6	21,7
Abate (milhões de cabeças)	37,6	41,4	43,1	44,4	45,0
Produção de Carne (mil t. equiv. carcaça)	7.700,0	8.350,0	8.750,0	8.950,0	9.200,0
Consumo per Capita (kg eq. carc.)	36,4	36,4	36,2	36,6	36,7
Consumo Interno (mil t. equiv. carcaça)	6.462,9	6.548,9	6.601,0	6.780,0	6.880,0
Exportação (mil t. equiv. carcaça)	1.300,0	1.854,0	2.197,0	2.200,0	2.420,0
Importação (mil t. equiv. carcaça)	63,7	53,3	49,2	30,0	100,0
Exportação (US\$ milhões)	1.509,0	2.457,0	3.032,0	3.800,0	4.552,0
Importação (US\$ milhões)	60,2	72,2	80,2	63,0	210,0

Fontes: SRF/MF, Secex/MDIC, MAPA, Embrapa, IBGE (elaborado pelo Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA - 2007).

Com o avanço em empresas na Argentina, no Paraguai, Uruguai, Chile, nos Estados Unidos, na Austrália e Itália sobre outros países, a indústria brasileira de carne bovina abocanhou mais da metade das exportações mundiais. O avanço em volume ocorre com a conquista de novos mercados, como Cuba, Malásia e China.

O desafio está em superar a fase da carne *commodity*. O valor agregado à carne deve ser por meio de cortes especiais, como filé *mignon* e contrafilé, produtos que poderão, inclusive, ser enviados de avião para os países importadores. É uma referência de qualidade para o produto nacional participar da cota Hilton.

Por sua vez, existem também chances concretas para o Brasil ocupar espaços nos mercados dos:

- Países europeus, que preferem a carne bovina dos animais criados a pasto, sem uso de anabolizantes. A carne dos Estados Unidos não entra no mercado europeu devido à utilização de hormônios nos animais;
- EUA, se aumentar a criação de bovinos alimentados com grãos. Atualmente, os norte-americanos, país com média de consumo de 35 quilos de carne *per capita* por ano – uma das mais altas do mundo –, só importa do Brasil carne enlatada ou maturada, provenientes de áreas livre da febre aftosa.

Fatores conjunturais ajudaram o Brasil a conquistar a liderança no mercado mundial, tais como:

- O aparecimento da doença da vaca louca na década passada;
- A redução do rebanho norte-americano;
- Alto custo de produção de carne bovina na Europa;
- Seca na Austrália;
- Registro de focos de febre aftosa na Argentina em 2000.

A expressiva inserção do Brasil no mercado internacional da carne bovina provoca mudanças estruturais na indústria frigorífica, com maior profissionalização e modernização da gestão, em termos logísticos, tecnológicos e administrativos.

Cota Hilton

É uma parcela de exportação de carne bovina sem osso, de alta qualidade e valor, que a União Européia outorga anualmente a países produtores e exportadores de carnes.

Tecnicamente, a cota é coberta por cortes de carne de animais bovinos com:

- Idade entre 22 e 24 meses;
- Dois dentes incisivos permanentes;
- Alimentação exclusivamente a pasto;
- Peso de abate inferior a 460 quilogramas;
- Cortes autorizados a levar a marca *SC (Special Cuts)*

Os sete cortes de carne bovina que integram a cota são: *bife angosto, quadril, lomo, nalga, bola de lomo, quadrada e peceto*.

A origem da Cota Hilton provem de um acordo comercial celebrado no âmbito das Negociações Multilaterais Comerciais do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), na chamada Rodada Tóquio, no ano de 1979, realizada em um hotel da cadeia Hilton (daí a origem de seu nome). Naquela Rodada, a União Européia acordou em atribuir uma cota para exportações de cortes bovinos de alta qualidade ao seu mercado e a outras nações.

Distribuição da Cota Hilton

País	Toneladas
Argentina	28.000
Austrália	7.000
Uruguai	6.300
Brasil	5.000
Nova Zelândia	300
EUA e Canadá	1.500
Paraguai	1.000
Total	49.100

Brasil: vantagens competitivas na pecuária de corte

- **Escala e posicionamento competitivo.**

Maior exportador de carne bovina (mesmo exportando para menos de 52% do mercado mundial de carne *in natura*);

Maior rebanho comercial de gado do mundo;

Segundo maior produtor mundial de carne bovina;

Terceiro maior consumidor mundial de carne bovina em volume total.

- **Potencial de produção**

Produção brasileira de carne bovina cresceu praticamente 25% nos últimos cinco anos, o quintuplo do mercado mundial.

A exportação, produção e o consumo interno da carne bovina brasileira cresceram;

Melhoria geral na estrutura industrial;

Aprimoramento genético e sanitário do rebanho;

Formalização do setor e abertura de novos mercados.

- **Baixo custo de produção**

Condições ambientais favoráveis;

Disponibilidade de terras a preços baixos;

Preço do gado competitivo;

Desenvolvimento tecnológico superior aos seus concorrentes no continente;

Economias de escala, geradas pelo alto volume de produção;

Qualificação de mão-de-obra contribui para a competitividade global;

Melhor aproveitamento do boi, com economias de escala.

- **Criação extensiva e qualidade do produto.**

Predominantemente extensiva;

Alimentação de pastagem e ração de origem vegetal;

Baixo risco de um surto de BSE;

Diversidade de raças para atender demandas específicas nos mercados mundiais;

Não contém os hormônios de crescimento utilizados em alguns países.

tembro de 2007. Uma longa fase de perdas financeiras e de abate de fêmeas.

De fevereiro de 2003 a setembro de 2007, o Custo Operacional Total da atividade acumulou aumento de 43,82%, enquanto o preço da arroba do boi gordo aumentou, em média, apenas 4,5% em valores nominais, segundo o Cepea/Esalq/ USP. Essa grande perda de rentabilidade provocou prejuízo patrimonial foi alta e muitos projetos deixaram de ser concretizados.

A situação ganhou contornos dramáticos. Em março de 2005, os produtores entraram com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A alegação era de que um grupo de frigoríficos adotou uma tabela única de preços para aquisição de boi, o que caracterizaria formação de cartel. Responsáveis por mais da metade da produção de carnes no País, oito frigoríficos foram investigados. Em 21 de agosto de 2006, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) concluiu que as indústrias tabelaram os preços pagos aos pecuaristas. O Cade aplicou multa e contribuição pecuniária.

O período entre 2000 e 2005 foi de extremo crescimento no abate de vacas no País. Sem preços remuneradores, para simplesmente manter-se da atividade, a saída do pecuarista era a venda do rebanho. Entre 2002 e 2004, o abate de vacas cresceu quase 90%. Isso reduziu de forma substantiva a capacidade de reposição do rebanho.

Em 2005, o mercado dava sinais de escassez de bezerro, na medida em que seus preços passaram a subir. Isso significava o fim de um ciclo pecuário e o início do movimento de reposição dos rebanhos. Desde 2006, passou-se a observar uma retração no abate de vacas. A isso também se somou o efeito da redução geral dos abates, por conta da oferta mais enxuta. O cenário ficou positivo para a pecuária

Brasil: abate de bovinos

Ano	Mil cabeças		%	
	Vacas	Bois	Vacas	Bois
1997	4.350	7.886	36	64
1998	3.799	8.624	31	69
1999	4.444	9.356	32	68
2000	4.439	9.407	32	68
2001	4.186	10.361	29	71
2002	4.769	11.636	29	71
2003	6.727	11.638	27	63
2004	8.931	12.878	41	59
2005	10.280	13.172	44	56
2006	11.255	14.447	44	56
2007	10.208	15.313	40	60

Fonte: IBGE. Exclui novilho e vitelo

Conjuntura – Ventos favoráveis

Neste ano, a pecuária de corte nacional manteve o processo de recuperação de renda. Houve uma inversão mais definida da situação que vinha desde 2003. Nesse período, os custos totais de produção da atividade aumentaram 43,88%, enquanto o preço da arroba subiu apenas 4,49%. A perda de renda e a competição com culturas como soja e cana-de-açúcar desestimularam a atividade.

Os criadores ficaram mais de quatro anos na expectativa do movimento de alta do boi gordo registrado entre agosto e se-

Na verdade, após atingir patamares bastante elevados entre 2004 e 2006, a partir de 2007, a participação dos abates de fêmeas em relação aos abates totais começou a ceder. Como alguns plantéis foram literalmente dizimados entre 2002 e 2006, o estoque de vacas diminuiu significativamente. O ano de 2006 é considerado o auge da crise da pecuária, com o menor preço histórico da arroba do boi.

De março de 2007 a fevereiro de 2008, o preço bezerro, de acordo com o Cepea/Esalq/USP, passou de R\$ 397,00 para R\$ 523,00, em Mato Grosso, estado que baliza o mercado. O aumento, superior a 30%, confirma a alta matança de fêmeas ocorrida nos últimos dez anos. A alta no preço do bezerro interfere diretamente e dá firmeza às cotações do boi gordo.

A reposição é difícil e somente ocorre a médio prazo. A vaca retida em 2007 demora um ano para gerar um bezerro. Há ainda mais três anos para o gado ficar pronto. É um ciclo de acima de três anos, e, de boi pronto, quatro anos. A concentração no abates dos bezeros gerados em 2008 será entre 2010 e 2011. Essa conjuntura fortalece os preços da carne.

Os frigoríficos são forçados a tomar decisões no sentido de um agudo ajuste, com ociosidade na capacidade de produção. A queda de escala representa perda na eficiência econômica. Já não será surpresa fechar o ano com queda na produção de carne bovina neste ano.

Relação de troca: boi gordo e bezerro



Fonte: Cepea/USP

Alguns frigoríficos, que operam com vacas para abastecer o mercado interno encontram enorme dificuldade para manter as programações de abate. Alguns até pararam de abater.

Com a significativa expansão dos frigoríficos exportadores, mediante aquisições, fusões e ampliações de plantas, a tendência é crescer a participação dos abates formais.

Do lado externo, a Austrália passou pela maior estiagem dos últimos 60 anos, a Argentina teve casos de aftosa e os Estados Unidos enfrentaram o mal da vaca louca e ainda não conseguiram recuperar a força que tinham no comércio internacional.

Se a crise internacional não levar a uma queda na renda e retração do consumo, com a possibilidade da União Européia voltar ao mercado comprador, a carne continuará a se valorizar ante a sua oferta enxuta.

O cenário é favorável. O País prossegue líder nas exportações mundiais de carne bovina. Seus principais concorrentes enfrentam problemas para aumentar a oferta, como Argentina, Austrália, Estados Unidos e União Européia.

Confinamento

Sondagens indicam recuos

A intenção de confinamento no Brasil, para 2008, segundo Pesquisa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) feita com seus associados, revela um aumento de somente 1,1% (547.665 animais), em relação ao mesmo período do ano passado. A entidade representa cerca de um quinto dos animais confinado no País.

O levantamento foi realizado na segunda quinzena de setembro, as entrevistas envolveram 47 associados da Assocon em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Ao comparar o resultado com a pesquisa anterior, realizada no mês de agosto, constata-se uma redução de 5,3%. Se a comparação for feita com a primeira pesquisa de 2008, realizada em março, a queda é ainda maior, de 17,3%.

Dentre as razões citadas pelos pecuaristas para esses recuos destacam-se:

- Os altos custos dos insumos;
- A dificuldade para aquisição de bois magros, juntamente;
- Sinalização de queda no valor da arroba para os principais meses de venda [setembro e outubro].

Diante dos preços pouco atrativos apontados pelo mercado para o início do segundo semestre, uma parte dos abates migrou de agosto, setembro e outubro para novembro e dezembro.

Em escala global, os confinamentos no Brasil são muito competitivos nos dois maiores itens de custo, alimentação e o preço do boi magro. O sistema apareceu na década de oitenta. O objetivo era tirar vantagem das fortes diferenças de preço entre a safra e a entressafra. Agora, a expansão é ditada pela maior na oferta de grãos e seus subprodutos nas áreas contíguas às criações

Com uma participação inferior a 5% do rebanho abatido, o confinamento tem espaço para crescer. É importante manter o fluxo da oferta de gado com qualidade e habilitado à exportação nos meses da entressafra. Mas, muitas vezes, a dependência de grandes quantidades de volumoso atrapalha a implantação de macro projetos. Outro ponto é a disponibilidade de capital para a aquisição dos animais, do concentrado e do volumoso.

Exportação cai em 2008

Desde 2001, quando foram embarcadas 901 mil toneladas, as exportações brasileiras crescem e registram seguidos recordes. Com passos largos, o país se consolidou nos últimos anos como o maior exportador mundial.

Com avanço considerável no controle da febre aftosa, o rebanho brasileiro teve aumento de produtividade. Com o maior rebanho bovino comercial do mundo, graças à sua eficiência na produção, o setor pôde satisfazer o aumento da demanda do mercado externo.

O cenário favorável externo, aliado ao potencial de produção, levou o Brasil a assumir a liderança mundial nas exportações de carne bovina, com venda para mais de 170 países em todo o mundo. É o maior fornecedor para mercados como a União Européia e a Rússia.

Neste ano, as exportações de carne bovina do Brasil deverão fechar com uma queda de cerca de 20% em volume, na comparação com 2007, para aproximadamente 2 milhões de toneladas (equivalente carcaça). As restrições impostas pela União Européia e a alta de preços freiam o consumo mundial. Em contrapartida, as divisas obtidas com as exportações devem crescer 10%.

A redução nas vendas para a União Européia, que limitou no começo do ano o número de fazendas fornecedoras de gado para os frigoríficos exportadores, afetou o desempenho das exportações nacionais. Houve uma redução nas exportações de carne *in natura* para os Países Baixos, a Itália e o Reino Unido, os principais clientes do Brasil integrantes da UE.

No acumulado do primeiro semestre, as exportações brasileiras foram, em:

- Volume, 968,5 mil toneladas, queda de 19% em relação ao primeiro semestre de 2007;
- Receita, US\$ 2,06 bilhões, alta de 10,4% na mesma comparação.

Nos primeiros seis meses do ano, as exportações de carne *in natura* para os principais clientes do Brasil integrantes da UE – Países Baixos, Itália e Reino Unido – caíram, respectivamente, 43 %, 62% e 39% . Isso representa um efeito a curto prazo importante na redução do volume total da exportação brasileira.

Manutenção da liderança

Apesar da queda expressiva em volume, a Abiec avalia que os preços limitam o consumo no mercado mundial. Mesmo assim, o País deve manter a sua posição de liderança nas exportações, à frente da Austrália.

Diante do aumento significativo de preço que a carne teve nos últimos meses, estimado pela Abiec em 10%, é pouco provável algum produtor concorrente ter crescido em volume e ganho de

participação sobre o Brasil.

Não há previsão de quando o Brasil voltará a exportar os volumes normais para a UE. A maior adesão de criadores de gado ao sistema de rastreabilidade exigido pelos europeus tem sido uma boa notícia.

Cerca da metade do mercado mundial de carne bovina, que movimenta anualmente 7 milhões de toneladas entre exportações e importações, está concentrada nas empresas brasileiras. Iniciado em 2005, o movimento de internacionalização do setor ganhou força dois anos depois, quando a JBS fez nove aquisições, entre as quais as americanas Swift, National Beef e Smithfield Beef e a australiana Tasman. O Marfrig realizou nove aquisições, enquanto o Bertin fez duas compras.

A alta nos preços é internacional, com custos maiores de produção em função dos grãos mais caros, matéria-prima importante em países com criação intensiva. Com produção extensiva (pasto), apesar de sofrer menos esse efeito, o Brasil atravessa coincidentemente um ciclo de baixa na oferta de animais, após um logo período de abate de matrizes e preços baixos.

Potencial de crescimento

As vantagens comparativas do Brasil sobre os seus principais concorrentes no comércio mundial permitiram um substancial crescimento das suas exportações sobre a produção. Entre os principais países importadores de carne bovina brasileira estão Rússia, Egito, Estados Unidos, Reino Unido, Hong Kong, Itália e Países Baixos.

A diversificação nos destinos foi impulsionada, em grande parte, pela crise da doença da vaca louca na União Européia e nos Estados Unidos. Ao ampliar a pauta de exportações no agronegócio, o Brasil garante a importância da cadeia produtiva da pecuária de corte.

No *ranking* dos países importadores de carne *in natura*, além da Rússia, que está em primeiro lugar, aparece em segundo lugar a Venezuela, com crescimento significativo. Com relação à compra de carne industrializada, apesar da suspensão temporária das importações do produto brasileiro, os Estados Unidos continuam como líderes em receita cambial.

A Abiec assinou convênio com a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimento – Apex Brasil. O valor do convênio é de R\$ 7 milhões e prevê a participação em feiras, realização de *workshops*, convite a jornalistas estrangeiros para conhecerem a cadeia produtiva da carne no Brasil e visita de compradores. Na programação constava a participação nas Feiras de Moscou e Sial Paris, ocorridas nos últimos meses de setembro e outubro, respectivamente.

Essa combinação de variáveis na ponta da cadeia coloca algumas prioridades para os criadores. O mercado está muito mais exigente. É o momento de aproveitar o ciclo de preços altos do boi gordo e receber bonificações por qualidade, com a oferta de animais aos frigoríficos:

- Jovens: no máximo 30/36 meses de idade;
- Pesados: entre 16 e 22 arrobas;
- Com bom rendimento de carcaça.
- Cobertura de gordura (3 mm ou mais).

Brasil: confinamento de bovinos

Estado	Quantidade
São Paulo	56.247
Goiás	302.742
Mato Grosso do Sul	35.920
Mato Grosso	110.400
Minas Gerais	36.856
Paraná	5.500
Total	547.665

Fonte: Assocon

Brasil: exportações de carne bovina (US\$ milhões)

Ano	In natura	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	814
2001	739	252	58	1.049
2002	776	299	69	1.144
2003	1.155	338	97	1.590
2004	1.963	447	115	2.525
2005	2.419	525	116	3.060
2006	3.135	654	135	3.923
2007	3.486	694	245	4.425

Fonte: MDIC/Secex - 1º semestre

Brasil: exportações de carne bovina (mil toneladas)

País	2007	2008	Var %
Rússia	233.851	205.883	-12
Hong Kong	43.971	82.850	88
Venezuela	22.306	41.964	88
EUA	34.067	26.443	-22
Egito	110.289	45.413	-58
Países Baixos	33.968	19.203	-43
Reino Unido	48.066	30.072	-37
Itália	38.694	14.574	-62
Irã	31.008	25.003	-19
Outros	271.202	209.950	-23
Total	868.427	702.360	-19

Fonte: MDIC/Secex - 1º semestre

Para conseguir animais com essa configuração, um dos pontos-chaves está no uso da boa genética. Com uma escolha criteriosa dos reprodutores (machos e fêmeas), o gado chegará às condições exigidas pelos frigoríficos no momento adequado. A probabilidade de lucro é bem maior pois os animais ficarão na fazenda menos tempo, consumirão menor quantidade de alimentos e não pressionarão os custos.

Brasil: exportações de carne bovina (US\$ mil)

País	2007	2008	Var. [%]
Rússia	729.818	447.556	-39
Hong Kong	229.689	83.273	-64
Venezuela	155.010	58.253	-62
EUA	142.719	164.085	15
Egito	127.519	199.735	57
Países Baixos	117.990	174.443	48
Reino Unido	110.999	153.255	38
Itália	89.593	168.871	88
Irã	83.755	69.621	-17
Outros	716.463	607.062	-15
Total	2.503.561	2.216.160	-11

Fonte: Secex

Mercado Mundial – Ciclo de baixa na produção

Conforme as estatísticas do USDA, o rebanho bovino mundial fechou o exercício de 2007 com ao redor de 996 milhões de cabeças. Em relação a 2006, a taxa de crescimento ficou nos patamares de anos recentes, com menos de 1%. Em 2008, o tamanho do plantel deverá sofrer um tênue recolhimento.

Em termos de países, o tamanho do rebanho não avança nos mercados tradicionais como EUA, UE, Argentina e Austrália. Os maiores crescimentos são registrados na Índia, no Brasil e na China.

O comportamento da produção deve acompanhar o mesmo ritmo apresentado pelo tamanho do rebanho. De 2004 a 2007, houve um crescimento de 6%, mas neste ano deverá haver um recuo no volume. Os pontos que chamam atenção são:

- A fraca recuperação dos EUA, após o registro do mal da vaca louca (BSE), em 2004;
- O consumo interno aquecido e exportações em alta no Brasil;
- O crescimento econômico e maior demanda pela China.

Os EUA, o Brasil, a União Européia e a China são os maiores produtores mundiais de carne bovina. Os EUA são também grandes consumidores e os maiores importadores mundiais.

Mundo: rebanho bovino (milhões de cabeças)

País	2004	2005	2006	2007	2008 ¹
Índia ²	283,1	282,5	282,3	282	281,7
Brasil	165,5	169,6	173,8	180,3	187,2
China	134,7	137,8	140,4	139,4	140,1
Estados Unidos	94,9	95,4	96,7	97,0	96,9
União Européia	90,4	89,3	89,3	88,3	87,8
Argentina	50,8	50,2	50,2	51,2	51,3
Austrália	26,6	27,3	27,8	28,6	28,4
México	28,4	27,6	26,9	26,3	26,2
Rússia	22,3	21,1	19,8	19,0	18,3
Canadá	13,6	13,5	13,8	13,9	14,2
África	14,5	14,9	14,7	14,1	13,7
Outros	61,4	58,0	57,0	55,8	49,6
Total	986,2	987,2	992,8	996,0	995,4

1 Estimativa. 2 Rebanho não-comercial. Fonte: USDA

Produção mundial de carne bovina (toneladas equivalentes carcaça)

País	2004	2005	2006	2007	2008 ¹
Estados Unidos	11.261	11.318	11.981	11.969	11.911
Brasil	7.975	8.592	9.020	9.470	9.850
China	6.759	7.115	7.492	7.850	8.065
União Européia	8.245	8.090	8.060	8.000	7.900
Argentina	3.130	3.200	3.100	3.175	3.125
Índia ²	2.130	2.250	2.375	2.500	2.655
México	2.099	2.125	2.175	2.200	2.215
Austrália	2.081	2.102	2.183	2.261	2.100
Rússia	1.590	1.525	1.430	1.380	1.370
Canadá	1.496	1.523	1.391	1.345	1.300
África	655	679	725	670	680
Outros	3.906	3.935	3.802	3.669	3.380
Total	51.327	52.454	53.734	54.489	54.551

1 Estimativa. 2 Rebanho não-comercial. Fonte: USDA

Nas transações internacionais, o impulso vinha da demanda aquecida de países em desenvolvimento e da recuperação do consumo, em especial na Coreia do Sul e Japão. Os mercados asiáticos ficaram mais abertos aos EUA, ao Canadá e à Austrália. Agora, como a crise financeira internacional impacta de forma negativa a economia mundial, a demanda deverá evoluir mais moderadamente.

As maiores importações de carne bovina, principalmente de produtos de alta qualidade oriundos de animais alimentados com grãos, por países desenvolvidos como Japão e Coreia, serão direcionadas pela falta de capacidade para aumentar a produção doméstica.

Em contraposição, do lado da oferta, há problemas de seca, alta de custos com milho para criação intensiva e de menor oferta. Com a Austrália, os Estados Unidos e a Argentina perto do limite da capacidade produtiva, o balanço do mercado mundial continuará bem ajustado.

O Brasil, maior exportador de carne bovina do mundo, sem novos focos de febre aftosa, conta com condições favoráveis para crescer nos mercados emergentes e um pouco no europeu. Neste ano, além da queda no volume de carne bovina exportada, pode ocorrer uma pequena variação negativa na produção.

Mundo: participação no mercado de carne bovina (%)

País	2002	2007
Brasil	16%	33%
Estados Unidos	17%	8%
Austrália	21%	19%
Canadá	9%	6%
Nova Zelândia	8%	19%
União Européia	8%	7%
Outros	21%	28%

Fonte: USDA

A Argentina enfrenta uma crise com pecuaristas e há restrições internas às exportações. O Uruguai e o Paraguai, com pouca disponibilidade de área, estão próximos do limite da produção.

Mundo: maiores exportadores e importadores de carne bovina (2007)

Exportadores		Importadores	
País	%	País	%
Brasil	33	EUA	19
Austrália	18	Rússia	14
Índia	9	Japão	9
EUA	8	UE	9
Argentina	7	México	6
Nova Zelândia	6	Coreia do sul	4
Canadá	6	Egito	4
Uruguai	5	Canadá	3
Paraguai	2	Venezuela	3
Outros	6	Outros	29
Total	100	Total	100

Fonte: USDA

A possibilidade da Índia e da África se tornarem competidores do Brasil no mercado mundial de carne bovina é questão de médio e longo prazos. As questões religiosas da Índia tornam difíceis sua possibilidade de alcançar o Brasil. Já a África, mesmo com largas extensões de terra e condições climáticas para a expansão da produção pecuária, depois de anos de guerra civil, começa só agora a recuperar seu rebanho e a retomar a produção de carne.

Com crescimento na produção de carne bovina ao longo dos últimos dez anos, a China caminha para se tornar o terceiro maior produtor de carne bovina do mundo, atrás dos EUA e

do Brasil. A produção é praticamente voltada para o consumo interno. Em 2006, a produção foi de 7,5 milhões de toneladas de carne bovina. Em 2008, as expectativas são de uma produção de 8 milhões de toneladas.

Uruguai – Busca da qualidade

Com território pequeno, a prioridade será a sanidade animal e gerar carne de boa qualidade, em vez de ter uma produção em larga escala. Com uma produção em torno de 600 mil toneladas de carne, mais de 80% são destinadas à exportação. O restante vai para o consumo interno, de 50 quilos *per capita* por ano. Como fornecedor complementar, o país pode limitar a quantidade produzida e aumentar a qualidade do produto.

A proibição do uso de hormônios de crescimento e restrições à aplicação de antibióticos, além do uso de pastagens naturais, são fatores que contribuem para a boa imagem da carne. Com sistema eletrônico, denominado de “caixa preta”, obrigatório desde 2006 para identificar e registrar os animais, o Uruguai deverá estar com rastreabilidade completa até o ano de 2010.

Argentina – Exportações limitadas

Depois de bater recorde de vendas no exterior em 2005, em março de 2006, o governo anunciava a suspensão do embarque de carne por 180 dias. Considerado um dos principais itens impulsionadores da inflação no país, o motivo da medida foi aumentar a sua oferta no mercado interno e forçar a queda do preço. A medida gerou forte reação na cadeia de carne argentina.

Outra justificativa foi de que diante da febre aftosa no Brasil, e o medo da febre aviária na Europa, a demanda mundial pela carne argentina aumentou. No mercado interno a oferta caiu, os preços subiram e provocaram inflação.

Em 1º de junho de 2006, o governo argentino permitiu a remessa para o exterior de até 40% da quantidade de carne exportada no segundo semestre de 2005, para retomar suas vendas externas. O resultado foi uma queda significativa nas exportações do ano. Os produtores argentinos reduziram seus investimentos em US\$ 300 milhões em 2006 - queda de 33% em relação ao ano anterior - de acordo com a Sociedade Rural Argentina.

Em abril de 2007, as exportações argentinas de carne bovina voltaram a ser proibidas para conter os preços internos. O produto tinha sido liberado no final do ano passado, mas com a pressão dos preços sobre a inflação, o governo decidiu colocar barreiras novamente.

Depois, em junho de 2007, o governo estendeu a cota exportável fixada no equivalente a 50% da média mensal do volume exportado em 2005. Isso significa que o país pode exportar por ano em torno de 500 mil toneladas de carne bovina. No acumulado do ano, as exportações tiveram um novo recuo.

Neste ano, em primeiro de abril, o governo suspendeu os embarques, para, em 18 de abril, liberar as exportações de carne bovina e aumentar a cota permitida de 500 mil para 550 mil toneladas anuais. Em troca, os dirigentes das entidades rurais tiveram de assinar um acordo que garante o abastecimento doméstico com preços acessíveis.

As intervenções governamentais não se limitam às exportações. Os preços controlados envolvem uma lista dos 13 cortes mais populares. O setor produtivo considera as intervenções oficiais prejudiciais à produção, e sem conseguir o efeito esperado. A informalidade no setor de carne bovina impede a quantificação exata da oferta e o controle da cadeia de produção e comercialização. De 2005 a 2007, 3 milhões de hectares de pastagens foram ocupados pela sojicultura.

Com 51,3 milhões de cabeças de gado em 2007, a Argentina possui o quarto maior rebanho no mundo para fins comerciais. Atualmente, é a quarta maior exportadora de carne bovina no mundo, com uma participação de 7% no total das exportações, atrás do Brasil, da Austrália e dos EUA.

Dados da Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca, na sigla em espanhol), que controla o setor agropecuário no país, mostram que o abate atingiu quase 15 milhões de cabeças em 2007, contra 13 milhões em 2006. As exportações do produto chegaram a 539 mil toneladas em 2007, sendo 4,6% inferior às de 2006. Contudo, a receita foi de US\$ 1,28 milhão, 6,8% maior que a obtida em 2006, devido ao aumento de preços nos cortes resfriados.

Argentina: produção e exportação de carne bovina (mil toneladas)

Ano	Produção (1)	Exportação (2)	(2)/(1)%
1991	2.854	407	14,27
1992	2.723	297	10,91
1993	2.787	281	10,09
1994	2.762	377	13,64
1995	2.688	520	19,35
1996	2.694	477	17,69
1997	2.172	438	16,14
1998	2.469	296	11,98
1999	2.719	348	12,78
2000	2.719	342	12,58
2001	2.489	153	6,13
2002	2.526	351	13,90
2003	2.664	392	14,71
2004	3.024	631	20,87
2005	3.131	771	24,64
2006	3.044	565	18,62
2007	3.218	539	16,76

Fonte: USDA

Houve um recuo de 22% das exportações do período 2006 a 2007, comparadas às do biênio 2004 e 2005, por causa das intervenções oficiais.

A exportação média da Argentina entre 2004 e 2005 foi de 700 mil toneladas. A quantidade é quase o dobro da média exportada desde 1991 até 2003. Na média, no biênio 2006/2007 a exportação foi de 552 mil toneladas, bem acima da do período compreendido entre 1991 e 2003.

Na década de noventa, a Argentina embarcava, em média, 13,4% de sua produção. Essa participação aumentou entre 2004 e 2005 para 22,75%. Como, posteriormente, vieram as restrições, houve redução para 18%.

Desde o final dos noventa, o abate de fêmeas avançou de 40% para 50% do total. Esse aumento é apontado como resultado do desestímulo ao investimento pela falta de uma política governamental clara para o setor. Um abate entre 20% e 25% de vacas é considerado reposição, descarte das matrizes que não servem, para renovação do plantel com novas crias nascidas ou compradas de terceiros.

Austrália – Anos de seca

A Austrália, segundo maior exportador de carne bovina do mundo, exporta mais de 65% de toda a sua produção. A criação padece por causa da seca que assola várias regiões do país, com mais ou menos intensidade, desde 2002. O número de cabeças de gado, entre animais de corte e de leite, não mostra evolução.

O confinamento acontece o ano todo. São, em média, 2,4 giros sobre a capacidade instalada de 1,1 milhão de cabeças. Cerca de um terço do abate sai de confinamentos.

Neste ano, em relação a 2007, as exportações deverão cair, em milhões de toneladas de equivalente carcaça, de 1.410 para 1.270. O custo de produção elevado e a valorização da moeda tiram competitividade das exportações. A maior parte das vendas externas de carne bovina da Austrália tem como destino o Japão. Outros clientes relevantes são os EUA, a Coreia do Sul e Taiwan. A estratégia é diversificar e encontrar novos mercados emergentes, como a Indonésia e a China.

Os exportadores de carne bovina da Austrália têm recebido um aumento de pedidos de vários países, em meio a problemas e ofertas menores na Argentina, no Brasil e Uruguai. Os pedidos estão vindo de países europeus, Oriente Médio, norte da África, Sudeste Asiático e Rússia.

Um trabalho agressivo de venda teve como foco o mercado da Rússia. Com a recente crise de crédito e a queda no dólar australiano, os importadores desistem de renegociar contratos feitos com a moeda com valor mais alto para produtos em trânsito.

Além disso, após as altas importações da América do Sul e a desvalorização da moeda russa (rublo) ante o dólar dos EUA, os produtos acumulam-se, congestionando os portos russos. Os importadores encontram dificuldades para obter crédito e cumprir os contratos existentes ou comprar novos produtos.

Estados Unidos – Recuperar as exportações

Após a constatação de um único caso de vaca louca, no final de 2003, no estado de Washington, mais de 70 países suspenderam suas importações de carne dos EUA, inclusive seus dois grandes mercados: a Austrália e o Japão.

No final de 2005, o governo japonês amenizou o embargo. Antes do embargo, o Japão era o principal importador dos EUA, com uma compra anual de US\$ 1,4 bilhão.

O confinamento ocorre durante todo o ano. A média de giro sobre a capacidade instalada de 12 milhões de cabeças é de 2,5. Mais de 65% do abate nacional saem dos 2.165 confinamentos, todos eles acima de 1.000 cabeças.

As exportações ao Japão e à Coreia serão reconstruídas nos próximos dez anos, mas não atingirão os níveis pré-EEB. Já as importações deverão aumentar moderadamente, especialmente da Austrália e Nova Zelândia.

Nos EUA, neste ano, há uma redução nos confinamentos por causa do aumento dos custos de produção, ante a valorização do milho, que é usado também na produção de etanol. Os norteamericanos buscam acesso a importantes mercados da Ásia. Sem proibições, as exportações para Coreia do Sul envolvem aspectos meramente comerciais. Já as vendas para o Japão estão prejudicadas pelas restrições na idade do animal, de 20 meses ou menos, e pelo processo de verificação da idade. Tem havido um grande sucesso no Hemisfério Ocidental. As exportações de carne bovina dos EUA ao México e ao Caribe ultrapassam os níveis de 2003.

EUA: rebanho, abate e taxa de desfrute (milhões de cabeças)

Ano	Rebanho	Abate	Taxa
1990	95,82	33,24	34,7
1991	96,39	32,69	33,8
1992	97,56	32,87	33,7
1993	99,18	33,32	33,6
1994	102,97	34,20	33,9
1995	102,79	35,64	34,7
1996	103,55	36,58	35,3
1997	101,66	36,32	35,7
1998	99,77	35,47	35,5
1999	99,12	36,15	36,5
2000	98,20	32,25	32,8
2001	97,31	35,37	36,3
2002	97,28	35,74	36,7
2003	96,10	35,49	36,9
2004	94,89	32,73	34,5
2005	95,85	32,29	33,8
2006	96,70	33,68	34,8
2007	96,00	32,60	33,9

Fonte: USDA

As exportações para o Sudeste Asiático aumentam. Os maiores envios são para o Vietnã e Taiwan, embora um massivo volume de carne bovina dos EUA tenha sido re-exportado do Vietnã ao sul da China. As exportações na região concorrem com o mercado de carne com osso da Coreia do Sul. Na Malásia, há uma recuperação no comércio, com a expansão dos setores de *foodservice*.

Apesar de embargos parciais por importantes compradores, relacionados a doenças, como União Européia (UE) e Rússia, as exportações de carne bovina continuam e são parcialmente sustentadas por novas oportunidades no Oriente Médio (Egito, Irã e Arábia Saudita). As vendas para esses mercados não-tradicionais têm compensado um declínio nas vendas à UE e o acesso limitado ao mercado russo.

União Européia – Perda de competitividade

Na União Européia, a produção de carne bovina, em milhões de toneladas de equivalente carcaça, declinou de 8,2 para 7,0 entre 2003 e 2008. Com o consumo e exportação praticamente estáveis, respectivamente, de 8,5 milhões de toneladas e 175 mil toneladas, as importações necessárias para complementar o abastecimento interno são estimadas em 750 mil toneladas.

Em 2007, o Brasil foi o maior fornecedor para a União Européia, respondendo por 70% das compras externas do bloco.

União Européia: balanço de oferta e demanda de carne bovina (mil toneladas em equivalente carcaça)

Ano	Produção	Consumo	Exportação	Importação
2003	8304	8596	438	549
2004	8245	8582	363	641
2005	8090	8550	253	711
2006	8060	8561	216	717
2007 *	8000	8550	175	725
2008 **	7900	8475	175	750

Fonte: USDA
* Preliminar; ** Previsão

Embora coloque obstáculos à entrada da carne bovina brasileira, como quotas e tarifas *ad valorem* e específica (12,8% + 3.040 euros por tonelada) de importação, que correspondem a mais de 150% sobre o preço final do produto exportado, o Brasil tem conseguindo aumentar suas entregas para o bloco.

O déficit de abastecimento de carne bovina na UE é crônico pela perda de eficiência econômica de seus sistemas de produção. O preço recebido pelo criador, com a inclusão dos subsídios pagos pelo governo, não cobre o custo efetivo de produção (gastos mensais de produção, sem considerar a depreciação dos investimentos fixos).

Até 2014, a UE prevê queda na produção (7,6 milhões de toneladas) e nas exportações (65 mil toneladas), mas um aumento no consumo *per capita* de carne de 84,5 quilos para 87,2 quilos. A dependência em relação à carne sul-americana aumentará.

UE: importação de carne bovina in natura do Brasil

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	496
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087

Fonte: Secex/MDIC

Impacto da crise

Alcides de Moura Torres Junior*
Fabiano Tito Rosa**
Maria Gabriela O Tonini***

Na pecuária brasileira, os efeitos diretos da crise financeira mundial envolvem principalmente as exportações, a desaceleração dos investimentos e a falta de capital de giro para algumas indústrias do setor por conta da falta de crédito.

Para começar, os contêineres de carne bovina parados nos portos da Rússia, à espera por novas negociações: sem crédito, os importadores querem redução de preço e prazos de pagamento mais largos.

Depois, notícias dos importadores de carne bovina brasileira: europeus renegociarem, por exemplo, a tonelada do contrafilé brasileiro de US\$11,0 mil para US\$9,0 mil.

Ao mesmo tempo, no mercado interno, a oferta de animais para o abate continuava pequena, com os preços do boi gordo em alta. É um momento de ajuste produtivo, depois de anos de preços baixos e diminuição do rebanho, com significativo investimento na capacidade industrial do País. Se a produção diminuiu, a demanda por bovinos aumentou.

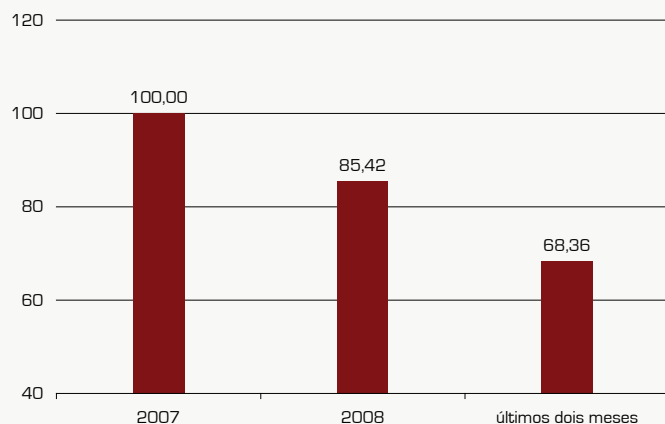
Com preços firmes e dificuldade na compra do boi gordo, mais os problemas com os compradores internacionais, os frigoríficos literalmente “pisaram no freio”, deram férias coletivas para diminuir a pressão sobre a necessidade de compra dos animais, aliviar os estoques, e aguardar por novidades, para então definir novas estratégias.

Efeitos no abate

O abate de bovinos em 2008 deve ser menor que 7,0% se comparado ao de 2007. No primeiro semestre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve redução de 5,6% no abate nacional de bovinos, comparando-se ao mesmo período de 2007. Em função das recentes paralisações de frigoríficos, a queda pode ser mais significativa até o final do ano.

Os frigoríficos trabalham com capacidade ociosa ao longo de 2008, e, nos últimos dois meses, os abates caíram ainda mais.

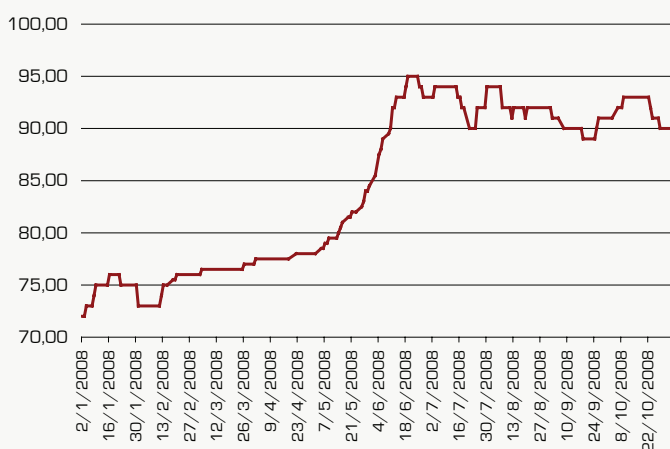
Brasil: índice de abate de bovinos nos principais frigoríficos brasileiros (2007=100)



Fonte: Scot Consultoria

Para exemplificar, se a necessidade de compra de bovinos era de 71,0 mil cabeças por dia, hoje a demanda está em 48,5 mil cabeças por dia. O encolhimento da demanda tem possibilitado estabilidade e até queda de preço da arroba.

São Paulo (Barretos): preços do boi gordo (R\$/@)



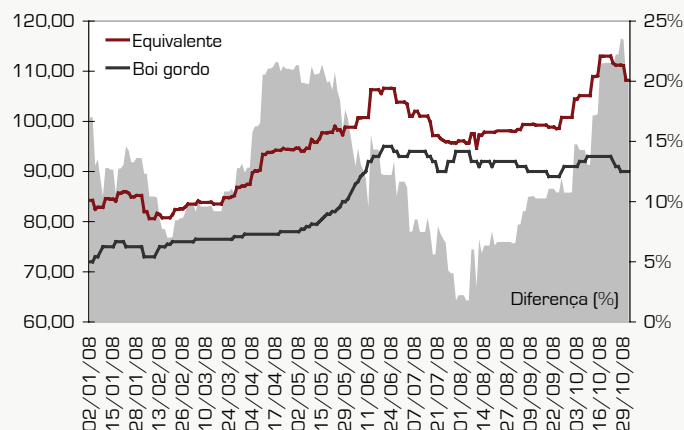
Fonte: Scot Consultoria

Até agora, com oferta pequena, concentrada em animais dos próprios frigoríficos, além do gado negociado a termo, os compradores conseguiram conter a alta dos preços. A pressão de alta só não é maior por causa da saída (momentânea ou não) de alguns frigoríficos do mercado.

Outro motivo para os frigoríficos diminuírem o ritmo de abates foi a queda da margem entre o pagamento pelo boi gordo e o recebimento pela carne e subprodutos.

Assim, cresceu a relação de troca entre o preço do boi gordo e a cotação do Equivalente Desossa (indicador da receita obtida pelo frigorífico com a venda de carne sem osso, couro, sebo e todos os miúdos, derivados e subprodutos bovinos no mercado interno).

Relação entre o preço do boi gordo e valor do Equivalente Desossa (R\$/@)



Fonte: Scot Consultoria

O pior momento aconteceu entre meados de junho e de setembro, quando a diferença esteve, na média, abaixo de 12,5%. Para 2009, pouca mudança deve ocorrer em termos de oferta. O rebanho está em reestruturação e o mercado ainda deve trabalhar ajustado, mantendo as cotações próximas dos níveis atuais.

Perspectivas de consumo e venda de carne

A crise pode afetar a evolução do consumo de carne. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um crescimento de 3% na economia mundial, queda de 0,9 % em relação à última projeção, realizada em julho. Um crescimento mais moderado em relação aos últimos dois ou três anos.

Essa conjuntura menos favorável ao consumo, junto com as restrições de crédito, deve levar os compradores a renegociar preços e prazos, o que, de fato, já está ocorrendo.

Se a demanda cresce menos, a Europa, com produção em queda, dificulta a importação da carne bovina brasileira. A Austrália produz menos, em função da seca e do aumento dos custos. A questão dos custos altos também afeta a produção norte-americana. A Argentina pratica auto-embargo. Aqui, atravessamos um período de forte ajuste produtivo.

Com isso, não é possível descartar a possibilidade de haver espaço para o aumento das vendas externas. Existe a expectativa de retomada das exportações brasileiras de carne bovina para o Chile, mercado fechado desde o final de 2005, em função dos casos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e no Paraná.

A diferença entre o volume disponível para exportação entre o Brasil e a Austrália (segundo maior exportador mundial),

equivale às vendas externas da Índia, a terceira no *ranking* de exportadores de carne bovina.

Em qualidade, tanto de processos como de produto, o Brasil é bastante competitivo, pois:

- Possui a maior zona livre (com vacinação) de febre aftosa do planeta;
- Investe pesado em tecnologia e bem estar animal;
- Conta com rebanho homogêneo, com predominância da raça nelore, o que facilita a padronização das peças.

Com capacidade estática anual de abate estimada em 70 milhões, o Brasil poderia produzir 15 milhões de toneladas equivalente carcaça de carne, 15% a mais que os Estados Unidos, o maior produtor mundial. Sem gado para tanto e problemas de crédito, para que investir?

Por fim, as crises vêm e vão, mas as perspectivas são positivas para o setor. As ações realizadas agora por produtores, frigoríficos, indústrias de insumos e governo determinarão quanto ela afetará os resultados, e de que forma o País sairá dela.

* Engenheiro agrônomo. ** Zootecnista. *** Médica veterinária
scotconsultoria@scotconsultoria.com.br

Cronologia 2008

Janeiro

A UE suspende por tempo indeterminado a importação de carne bovina brasileira. Os europeus indicaram que poderiam aceitar a carne de 300 propriedades. O Brasil havia indicado uma lista com 2.861 propriedades auditadas e consideradas conformes aos critérios de rastreabilidade exigidos pelo bloco.

Em nota divulgada pela imprensa, o governo classificou a medida como injustificada e arbitrária. O MAPA deixou de emitir o certificado Sanitário Internacional (CSI) para as exportações de carne bovina *in natura* para os estados membros da UE.

Fevereiro

O governo refaz a lista para 683 propriedades e negocia o formato da inspeção de fazendas brasileiras com permissão para exportar ao bloco europeu que a UE fará, a partir do dia 25. Ficam autorizadas a exportar 106 fazendas, sendo 87 em Minas Gerais, 11 no Rio Grande do Sul, quatro em Mato Grosso, duas no Espírito Santo e duas em Goiás.

O MAPA discute estratégias e ações para a erradicação da febre aftosa na Região Norte.

Brasil: bovinos na Região Norte - 2007 (milhões de cabeças)

Estado	Rebanho
Rondônia	12,0
Maranhão	6,0
Acre	2,5
Amazonas	1,8
Roraima	0,8
Amapá	0,6

Fonte: IBGE

Março

Criada uma comissão especial formada por parlamentares, técnicos e representantes da iniciativa privada para discutir novas normas para o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov)

Abril

A UE faz apelo à OMC e ao Brasil para aplicar medidas de proteção sanitária de modo a encontrar uma solução definitiva para o comércio de carne. Existem 95 fazendas autorizadas pela inspeção europeia para fornecer carne ao bloco. Os países membros não abrem mão da permanência dos animais na área habilitada por 40 dias, e na última propriedade antes do abate por 90 dias.

Divulgado relatório da visita realizada em novembro pela equipe da Direção Geral de Saúde e Proteção do Consumidor, que aponta problemas de controle e adulteração no Sisbov.

Maior

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece como regiões livres de febre aftosa o Distrito Federal e mais dez estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Esses estados haviam perdido o *status* em outubro de 2005, diante do surgimento de focos de doença no Paraná e em Mato Grosso do Sul.

Realizada a 15ª Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Agricultura e Saúde. Dados da OIE mostram que 74,4% da América do Sul estão livres de aftosa com vacinação; 3,1% livres sem vacinação; 18,6% não-livres da doença, e 3,1% suspensos. Conseguiram *status* de livres da febre aftosa com vacinação, a partir de 2005, Peru, Colômbia, alguns estados do Brasil e duas áreas da Bolívia. A Bolívia, Venezuela e o Equador estão atrasados no cronograma do Plano Hemisférico para a Erradicação de Febre Aftosa (Phefa) acordado para o quadriênio 2005 a 2009.

Junho

O escritório de Alimentação e Veterinária da União Européia (FVO) atesta e comprova, mais uma vez, a Equivalência do Plano Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes.

O Brasil encontra dificuldades para ampliar a listagem de 84 fazendas autorizadas para exportar carne para a UE. A relação anterior continha 95 propriedades. Três motivos são apontados: falhas no cumprimento das normas de rastreamento dos animais, insegurança devido às mudanças no sistema nacional de certificação e mercado interno aquecido, com preços altos.

Julho

Depois de três anos, a OIE volta a reconhecer o rebanho bovino de Mato Grosso do Sul como livre de febre aftosa com vacinação. Por sua vez, o Comitê Técnico da União Européia ampliou de quatro para 12 o número de propriedades de Mato Grosso habilitadas a exportar carne bovina *in natura* para o mercado europeu, de acordo com as normas da rastreabilidade.

Agosto

A lista das propriedades autorizadas a exportar carne bovina *in natura* para a Europa ganhou 60 novas unidades, e passa a totalizar 159 fazendas. Estima-se que mil estabelecimentos tenham solicitado auditorias.

Setembro

O número de propriedades habilitadas a exportar para a Europa chega a 252, distribuído nos estados de Minas Gerais (149), Mato Grosso (36), Goiás (33), Rio Grande do Sul (18), Espírito Santo (15) e São Paulo (1). No final do mês o número chegava a 329 fazendas.

Outubro

Segundo informações do Meat and Livestock Austrália, de janeiro a agosto de 2007 a 2008, o embarque de boi em pé passou de 516 mil para 550 mil cabeças na Austrália, e de 230 mil para 260 mil no Brasil. No ano, Austrália e Brasil deverão fechar com exportações, respectivamente, de 516 mil e 483 mil cabeças. Em 2006, esses números foram 516 mil e 432 mil.

A lista de propriedades autorizadas a exportar carne bovina *in natura* para o mercado europeu chega a 489 fazendas. Existem 4.300 unidades cadastradas no Sisbov. O ritmo de registro é considerado lento para o Brasil voltar aos números de exportação apurados antes do embargo.

Produção sustentável

Inácio Afonso Kroetz*

A produção animal no Brasil representa uma importante fonte de trabalho e renda. Como um dos setores que mais contribuem para o bem-estar das pessoas, proporciona proteínas de alta qualidade, particularmente a carne, o leite e os ovos, imprescindíveis para uma condição adequada de saúde nos primeiros anos de vida.

No âmbito mundial, há uma demanda crescente por alimentos de origem animal, devido à melhora nos rendimentos das pessoas de países com grande população (China, Índia, Rússia e Brasil). Nesse cenário, as perspectivas da capacidade global de atender a essa crescente demanda não são alentadoras.

As condicionantes ecológicas, climáticas e ambientais exercem um impacto sobre o nível de abastecimento e de preços dos alimentos no mercado mundial. Devido à diversidade agroecológica e climática do planeta, as possibilidades de aumentos significativos da produção animal ficam restritas a poucas regiões, nas quais ainda resta algum espaço com vocação para a produção de proteína animal em quantidade e qualidade.

A fronteira de produção pecuária chega ao seu limite de avanço ecologicamente sustentável. Os aumentos significativos da produção serão calcados no aumento da eficiência por unidade de espaço produtivo, e não no alargamento da fronteira pecuária.

O aumento de eficiência implica:

- Aumento da densidade de animais;
- Riscos de transmissão de doenças e de contaminação;
- Uso mais intensivo do solo;
- Aumento do emprego de energia;
- Impacto sobre o meio ambiente.

Assim, um dos espaços existentes para uma produção ecologicamente sustentável está localizado na América do Sul. Sendo um dos maiores fornecedores de proteína animal do mundo, o continente é uma reserva produtiva no que se refere à proteína animal.

Brasil: números da pecuária

Rebanho: 200 milhões de cabeças (15% do rebanho mundial);
Segundo produtor mundial;
Primeiro exportador mundial;
Acesso a mais de 160 mercados;
Emprega diretamente mais de 5,5 milhões de famílias.

O comércio de alimentos de origem animal, especialmente de carne, obedece a critérios e requisitos de qualidade que abrangem a qualidade higiênica e sanitária do produto e o estado de saúde dos animais.



No caso da produção e do comércio de carnes bovinas e suínas, os regulamentos sanitários mais importantes referem-se às:

- Doenças animais suscetíveis de serem transmitidas ao homem (brucelose, tuberculose e a encefalopatia espongiforme bovina);
- Outras suscetíveis de serem transmitidas aos animais (febre aftosa e a peste suína clássica).

Na área de saúde animal, o Brasil está livre de importantes doenças (EEB, peste suína africana e a *influenza* aviária). Apresenta ainda avanços significativos no controle e na erradicação da febre aftosa por vírus A, O e C, da peste suína clássica e da doença de Newcastle, entre outras.

Neste momento, a febre aftosa, sem dúvida alguma o maior fator sanitário limitante ao livre comércio da carne bovina *in natura*, encontra-se erradicada em dezesseis estados, havendo uma área livre, com reconhecimento internacional da Organização Mundial de Saúde Animal, de:

- 5 milhões de quilômetros quadrados ou 60% do território nacional;
- 180 milhões de bovinos e bubalinos e 23 milhões de suínos;
- dois milhões de propriedades rurais.

Em 2001, foi declarada livre de peste suína clássica uma área:

- Correspondente a 4 milhões de quilômetros quadrados;
- Onde está concentrada a suinocultura industrial, no Centro-Sul;
- Com 22,5 milhões de suínos (85% do rebanho nacional).

Essas regiões dispõem de excedentes exportáveis a menor custo de produção e necessitam melhorar suas economias. Não obstante, os entraves comerciais (quantidades, cotas, sobretaxas alfandegárias), aliados aos subsídios à produção agrícola em importantes blocos comerciais, impõem enormes dificuldades.

Os países importadores, frente a ocorrências sanitárias, devem adotar medidas com base em parâmetros e evidências técnico-científicas, conforme os padrões internacionais definidos pelos organismos de referência apontados no Acordo SPS.

No que se refere à sustentabilidade socioambiental, os sistemas produtivos devem contribuir para a mitigação dos impactos ambientais. Representantes do setor governamental e da sociedade civil organizada buscam o entendimento sobre como alcançar o equilíbrio com os aspectos sociais e ambientais envolvidos.

Território brasileiro:

- 851 milhões de hectares distribuídos em 6 biomas;
- 42% corresponde ao bioma amazônico;
- 24% ocupado com pastagens;
- 7% com culturas anuais.

Tecnologia, diversificação climática, área disponível e ação governamental fazem o sucesso da agricultura brasileira. Não há subsídio aos produtores. O aumento da produção interna de alimentos de origem animal gera excedentes exportáveis, como resultado do investimento crescente em pesquisa, genética, nutrição e manejo de animais e controle de doenças.

No Brasil não há problema de competição entre agroenergia e produção de alimentos. Não se estimula o uso de grãos para produção de biocombustíveis. O etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar, proporciona maior rendimento por área plantada, gera subprodutos como o bagaço da cana, que pode ser utilizado na alimentação animal e para produção de mais energia. É um dos poucos biocombustíveis que oferecem um balanço claramente positivo em termos de emissões poluentes.

Apesar da possível relação entre abertura de pastagens e derrubadas de florestas, não há necessidade de incorporação de novas áreas para haver aumento de produção. Há grande potencial para aumento de produtividade, inclusive com a recuperação de áreas pouco produtivas.

A proteção e o bem-estar animal são temas de interesse geral da sociedade, que incorporam importantes questões científicas, éticas, econômicas e políticas.

De acordo com a legislação federal brasileira, em vigor desde 1934, todos os animais existentes no País são tutelados pelo Estado. Aquele que aplicar maus-tratos aos animais, incorre em pena de multa e de prisão, quer seja ou não proprietário do animal.

Consideram-se maus-tratos:

- Manter animais confinados em locais anti-higiênicos, que lhe impeçam o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;
- Abandonar animais enfermos, sem lhes prover assistência; transportar animais por longos períodos, sem dar-lhes descanso ou alimento e água.

O Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, mantém em vigor normas sobre o transporte de animais e o abate humanitário de animais para produção de carne, assim como o seu manejo nas instalações dos estabelecimentos aprovados para essa finalidade.

Para o governo brasileiro são políticas importantes e constituem prioridades:

- A produção sustentável de alimentos e agroenergia;
- A oferta de alimentos seguros para todos os mercados;
- A renda ao produtor;
- As parcerias com o setor privado;

- A manutenção de mercados conquistados;
- O acesso a novos mercados.

O Brasil deseja estreitar a cooperação internacional para ampliação da produção de alimentos e de bioenergia, bem como na área de sanidade animal e vegetal.

A África, em especial, apresenta grande potencial para expansão da produção agrícola e tem grandes similaridades com o Brasil. A tecnologia brasileira para produção em clima tropical pode ser de muita utilidade para eles.

Recentemente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) instalou um escritório, em Gana. O objetivo é fortalecer a cooperação com o continente em várias áreas, ressaltando-se a transferência científica e de conhecimento técnico, o uso sustentável de recursos naturais, a sanidade animal e vegetal e o desenvolvimento de recursos humanos.

O Ministério da Agricultura considera importante a manutenção e ampliação dessa cooperação com países africanos, especialmente com a África do Sul.

* Secretário de Defesa Agropecuária

Estrutura estável

Mariann Fischer Boel*

Como é de conhecimento geral, os ministros de comércio dos países deixaram o aeroporto de Genebra com seus respectivos planos, após a interrupção da Rodada Doha, em julho último, da Organização Mundial do Comércio. Foi uma enorme perda de oportunidade para avançar na liberalização comercial, como benefícios mais amplos para os países em desenvolvimento.

Parte do setor de carne da UE estava preocupado com o que poderia significar o sucesso da Rodada. Posso até entender isso, mas não eram as lideranças principais. O fracasso das negociações deixou uma nuvem de incerteza. Em vez de negociação, poderemos ter um rápido aumento para abertura de painéis de discórdia na OMC.

Previsibilidade e estabilidade são dois pontos apreciados pelo setor de carne. Não gostaria de pensar que voltamos aos dias escuros da vaca louca, quando tivemos de abater gado em larga escala e gastar grandes somas de dinheiro público para dar firmeza ao mercado.

Neste ano, o setor de carne bovina da UE é menor que no passado, mas com boa saúde. É um bom balanço. O orçamento do bloco é de 37 milhões de euros para serem gastos nas exportações e 24 milhões de euros para outras medidas. O valor é inferior à disponível nos anos noventa. Os estoques públicos do bloco estão zerados desde 2004.

Por isso, o setor poderia beneficiar-se, no mínimo, de alguma previsibilidade e estabilidade, pelo menos no curto prazo.

O setor de carne suína não atravessa uma crise tão séria como foi a da vaca louca, mas enfrenta dificuldade para negociar. O aumento dos custos na alimentação da criação tem pressionado desde o ano passado. Há 12 anos, a margem da produção era de 50 euros por 100 quilogramas. No começo deste ano estava em 4 euros por 100 quilogramas.

Felizmente, como as margens mostram recuperação no longo prazo, colocamos recursos para carregar carcaças frescas e congeladas, e cortamos para zero as novas parições no começo de agosto. Penso que o setor de carne suína gostaria de uma estabilidade nas questões ligadas ao ambiente de negócio.

Nas criações de caprinos e ovelhas, há também pressões em alguns países membros, por problemas de doenças e secas. A produção deve cair em 1 milhão de toneladas neste ano.

Os desafios do setor de carne da UE não mascaram os sucessos alcançados. O bloco tem respondido com robustez aos problemas de segurança alimentar do passado. Gastamos esforços em altos padrões e temos resgatado nossa sólida reputação na segurança e qualidade.

Alguns pontos críticos permanecem, como a previsibilidade da questão ambiental em termos de negócio e política doméstica. Assistimos a uma séria ruptura nas exportações de carne bovina do Brasil para a Europa. Temos duas considerações:

Primeira: é essencial nas exportações para a Europa tomar como base o padrão de segurança do bloco. Não é arbitrariedade. Temerosos por danos, alto padrão é essencial para conquistar a confiança do consumidor;

Segunda: na crença da importância do comércio, queremos ajudar os produtores brasileiros a atender as exigências europeias. Esse esforço trará frutos a médio prazo.

Com a Argentina, segundo maior fornecedor de carne bovina, os negócios sofrem freqüentes rupturas. Isso causa dificuldades para os importadores europeus. O ambiente de negócio não é estável e previsível.

Sem justificativas, apontam que o potencial das exportações europeias de carnes está fechado ao mercado mundial. Existem países que utilizam a vaca louca como pretexto para proibir as importações, sem suporte na OIE.

Como a UE produz muito menos carne bovina que conosco, não teria como ser um grande exportador em futuro próximo. Existem produtores que poderiam obter um bom retorno do mercado. Isso seria possível com a retirada de certas injustificáveis proibições.

A carne suína não tem os problemas de rupturas da bovina. Repentinamente, a Rússia, sob o pretexto de conterem resíduos e antibióticos, começou a bloquear importações de carne de companhias europeias, que, por sua vez, alegam ser as concentrações abaixo da admitida pelo *Codex Alimentarius*.

Temo que as questões de segurança alimentar estejam sendo usadas como cortina de fumaça de comportamentos protecionistas. Cada país precisa aplicar regras para as importações, mas elas têm de ser razoáveis, transparentes e consistentes. Não cabem restrições arbitrárias.

Nas políticas domésticas da UE, apesar de tentarmos dar previsibilidade, algumas mudanças são impossíveis, como:

Primeira: realização dos testes de BSE no gado antes de sua entrada na cadeia produtiva. A erradicação da doença mostra resultados positivos. Em 2007, de 9,7 milhões de testes, foram detectados 173 casos. Uma taxa bem pequena.

Segunda: aplicação da Health Check na Política Agrícola Comum (PAC) da UE. Isso proporcionará instrumentos para novos desafios, como a mudança climática.

Com a reforma da PAC em 2003, os pagamentos diretos não mais dependem do nível da produção. Isso dá liberdade para os produtores produzirem aquilo de que o mercado necessita.

Nos últimos 25 anos, a indústria de carnes da Europa passou por mudanças estruturais, em prol do desenvolvimento da oferta e da demanda. Existem desafios pela frente, principalmente com o colapso da Rodada Doha. A UE desenvolve seu modelo não somente em termos do comércio internacional, mas também nas questões da qualidade e segurança alimentar, com os ajustamentos das políticas agrícolas para a realidade do amanhã.

* Membro da Comissão Europeia responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Responsabilidade ambiental

Não obstante a crise financeira internacional, a economia mundial tem apresentado forte crescimento nos países em desenvolvimento, com expansão do mercado de carnes. No caso particular da cadeia produtiva da pecuária de corte, o Brasil é considerado um país-chave para o abastecimento internacional.

De fato, entre 1997 e 2007, a pecuária nacional mostra incrementos significativos nos mais diversos aspectos, seja na expansão do rebanho, da taxa de desfrute, do abate ou da produção e exportação.

Em termos de distribuição geográfica, mais da metade do rebanho nacional está concentrado nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste. O Sul e o Norte apresentam as menores quantidades, enquanto o Nordeste mostra um número intermediário.

O sistema de confinamento tem muito espaço para crescer, mas ainda é relativamente pequeno, com uma participação de 5% na quantidade de animais abatidos. Em 2007, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram responsáveis por 89% dos confinamentos. Metade deles foi desenvolvida em apenas dois estados: São Paulo (31,6%) e Goiás (23,4%).

Brasil: evolução da pecuária de corte

Ano	1997	2007	Var %
Rebanho (milhões de cabeças)	156,0	193,0	23,7
Taxa de desfruto (%)	18,6	23,3	25,0
Abate (milhões de cabeças)	29,1	45,0	54,6
Produção (milhões de toneladas)	5,8	9,3	60,3
Consumo nacional (milhões de toneladas)	5,7	6,9	21,0
Exportação (milhões de toneladas)	0,3	2,35	683,3
População (milhões de pessoas)	160,0	190,0	18,7
Consumo per capita - quilo	36,1	37,1	2,8

Fonte: CNPC

Brasil: distribuição do rebanho bovino em 2007 (%)

Região	Porcentagem
Centro-Oeste	34,8
Sudeste	18,8
Norte	20,0
Sul	13,4
Nordeste	13,0

Fonte: CNPC/IBGE

Na parte sanitária, o Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Cohefa) reconhece os notáveis avanços do Brasil para combater a doença. Os últimos focos ocorreram em 2006. Hoje, 18 unidades federativas são reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como área livre da febre aftosa. Apenas alguns estados das Regiões Norte e Nordeste ainda são considerados de médio e alto risco. A expectativa do Serviço de Defesa Sanitária Animal (SDSA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é erradicar a doença, em todo o território nacional, até o ano de 2010.

Nas últimas décadas, graças aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o País aprimorou seu conhecimento sobre a agricultura tropical. Entre as safras 1970/71 e 2007/08, os ganhos de produtividades, em toneladas por hectare, passou de 1,4 para 3,8, quando se tomam as 16 principais culturas. Isso permitiu poupar o uso de quase 70 milhões de hectares. Essa foi a revolução silenciosa ocorrida no interior do País.

A opção entre agricultura alimentar e energética faz parte das importantes discussões no mundo. Aqui, no Brasil, constitui um falso debate. Suas plantações de cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção de etanol, além de estarem localizadas a mais de 2 mil quilômetros de distância da floresta amazônica, ocupam 3,0 milhões de hectares para atender à metade do consumo nacional de combustível pelos carros. Da área ocupada com culturas - anuais, perenes e florestas - e pastos (quase 300 milhões de hectares), isso representa apenas 1%.

Na questão ambiental, existe muita desinformação sobre o Brasil. Daí, a colocação oportuna de duas perguntas-chaves: se isso é realmente honesto ou é intencional?

No mundo, as maiores taxas de florestas intactas estão na América Latina, em grande parte dentro das fronteiras brasileiras. Já quando se trata da Amazônia, existe muita confusão.

Existe a Amazônia Legal, que diz respeito a uma área com benefício fiscal criada por lei em 1953, que abrange oito estados, 60% do território nacional e com uma população de 23 milhões de pessoas. De outro lado, a floresta amazônica diz respeito ao bioma, que requer tratamento sustentável e representa 82% da Amazônia Legal.

O desafio está em encontrar soluções e opções para melhorar o padrão de vida da população que vive na Amazônia Legal, em termos de progresso social e econômico.

A produção pecuária brasileira apresenta características interessantes:

- Proporciona 5,5 milhões de empregos, muito deles em áreas rurais em desenvolvimento;
- Predominam sistemas extensivos, com 220 milhões de hectares de pastagem;
- Estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária apontam para uma disponibilidade de 23% da área de pastagem com baixa produtividade;
- Metade da produção vem da área de cerrado;
- Possui uma média baixa na capacidade de suporte das pastagens (0,88 animais por hectare).

Com o envolvimento de 13 ministérios, a área deflorestada na Amazônia reduziu-se em 50% de 2004 a 2007. As penalidades aplicadas foram pesadas, confisco de 1 milhão de metros cúbicos de madeira, fechamento de 1.500 empresas em áreas ilegais e multas acumuladas em US\$ 2,5 bilhões. Isso mostra empenho para resolver tão sensível questão.

Um plano de sustentabilidade para a Amazônia é possível e passa pelas seguintes ações:

- Controle e monitoramento das terras públicas, que representa 75% do bioma;
- Regularização das propriedades privadas;
- Zoneamento econômico ecológico;
- Sistemas intensivos de produção em áreas deflorestadas;
- Pequenas propriedades somente em áreas de transição;
- Pagamentos para a manutenção das árvores em pé;
- Controle do comércio ilegal: a Europa chegou a comprar 800 mil de toneladas, no valor de US\$ 570 milhões, em um ano;
- Plano de certificação no futuro.

No cenário 2015 para a pecuária de corte nacional, segundo o Conselho Nacional da Pecuária de Corte, as projeções apontam para uma produção de 11,8 milhões de toneladas, rebanho de 105 milhões de cabeças e taxa de desfruto de 29%.

Em 2006, técnicos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgaram o relatório *Livestock's Long Shadow. Environmental Issues and Options*, que trata do impacto da pecuária no meio ambiente e aborda as ações de mitigação. A atividade é apontada como importante

fonte de poluição, em escala global e local. A sugestão é para uma visão mais macro do problema, quanto à degradação do solo, mudança climática e poluição do ar, escassez e poluição da água, perda de biodiversidade etc.

Futuro da pecuária brasileira - pontos relevantes para análise

- Abundância de solo e água;
- Tecnologia avançada em área tropical;
- Melhoramento genético e nutricional: em 18 meses, animais com 510 quilos;
- Prioridade para as áreas de pastagens degradadas;
- Excelentes condições para o bem estar animal;
- Modernas unidades industriais para processamento de carne;
- Melhor balanço de gás carbônico;
- Evolução sanitária permite exportação de animais vivos;
- Sistemas de produção intensivos;
- Crescimento da prática de confinamento;
- Produção com melhor taxa de desfrute;
- Área livre do mal da vaca louca;
- Erradicação da febre aftosa.

O trabalho também conclui que, se a criação contribui para os problemas ambientais em escala massiva, ao mesmo tempo ela tem potencial para contribuir com a solução. Cita, ainda,

que, pelo fato do impacto ser tão significativo, requer ações imediatas. Maiores reduções poderiam ser conseguidas a custos razoáveis.

Quando se faz um balanço do relatório, entre os pontos positivos destacam-se:

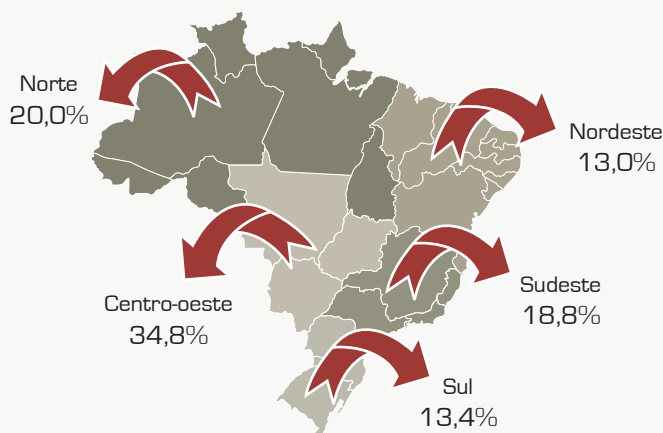
- Impacto negativo dos subsídios agrícolas;
- Carne como importante fonte de nutrientes para a saúde humana;
- Contribuição do setor para a geração de trabalho, renda e dignidade das pessoas;
- Evita o desflorestamento;
- Proporciona sustento para mais de 1,3 bilhões de pessoas;
- Participa com 40% da produção agropecuária global;
- Análise científica, sem sensacionalismo, de todos os aspectos ligados à pecuária.

O ponto negativo está justamente em não levar em conta a capacidade das pastagens em sequestrar carbono da atmosfera. Pesquisas da Embrapa mostram que, em termos de equivalente carbono por quilo/hectare/ano, a emissão da pecuária é de 1.226, enquanto a retenção varia de 1000 a 2000, à medida que vai de pastos degradados às boas práticas agrícolas. Quando se consideram, por exemplo, 23% de pastagens de baixa produtividade, a retenção é de 1.772,7. Isso significa um balanço positivo de 546.

Os estudos mais acurados sobre melhoramentos tecnológicos para prevenção de queimadas, deflorestação e degradação do solo não podem deixar de lado fatores importantes, tais como matéria seca, relação carbono e nitrogênio, decomposição orgânica, lotação de animais por hectare etc. Certamente, a massa crítica sobre o balanço energético e o impacto ambiental

Brasil: distribuição regional do rebanho

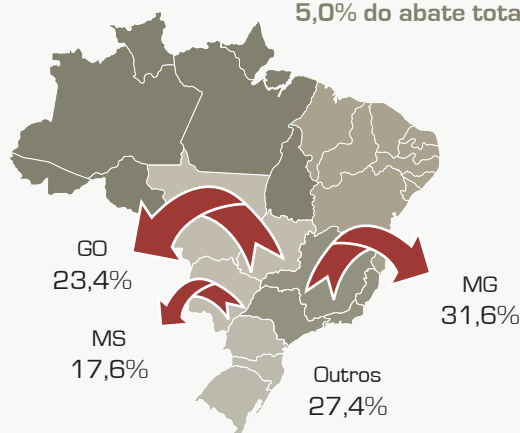
2007: 193 milhões de cabeças



Fonte: CNPC/IBGE

Brasil: sistema de confinamento

2007: 2,3 milhões de cabeças
5,0% do abate total



Fonte: Safras e Mercados

das atividades agropecuárias, como no caso da pecuária, terá enorme ampliação proximamente, com o desenvolvimento e o aprimoramento das pesquisas.

Menor impacto do GEE

Matheus A. Zanella*
Sérgio De Zen**

Investir recursos públicos e privados em recuperação de pastagens e a adoção de melhores tecnologias de manejo é a resposta mais eficaz para neutralizar os impactos ambientais provocados pela pecuária brasileira. Essa é a principal conclusão de estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP), encomendado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com o objetivo compreender os problemas ambientais, em especial as emissões de metano oriundas da pecuária.

A pesquisa mostra as possíveis estratégias e caminhos de mitigação diante das tecnologias disponíveis, no intuito de sugerir políticas que permitam a adequação do sistema produtivo aos desafios de continuar a expansão da pecuária brasileira com mais tecnologia, o que geraria ganhos econômicos e ambientais. De fato, a pecuária brasileira tem sido cada vez mais questionada pelos possíveis impactos ambientais decorrentes da atividade. Dentre estes, destacam-se a pressão sobre ecossistemas, devido à necessidade de grandes extensões de terra, a degradação do solo decorrente do manejo inadequado, superlotação, baixo índice de reformas de pastagens em áreas danificadas e a emissão de gases efeito estufa (GEE) resultante da fermentação entérica ruminal e da decomposição dos dejetos bovinos, problema até recentemente desconhecido da sociedade em geral.

É evidente, no entanto, que grande parte da atenção que a pecuária brasileira vem recebendo se deve ao importante peso econômico do setor no Brasil, apesar das pressões de países importadores de carne do Brasil, sobretudo da União Européia, onde os grupos de pressão formados por ONGs e consumidores são bastante organizados. Não resta dúvida que existem interesses comerciais por trás de grande parte das críticas que o Brasil recebe sobre sua pecuária. No entanto, tal fato não elimina a necessidade de o setor compreender melhor tais problemas, mesmo que seja para rebater acusações infundadas.

Emissões de GEE

O estudo realizado pelo Cepea analisou a metodologia oficial de contabilidade de emissões de GEE utilizada no Inventário

Nacional de Emissões do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), identificando possíveis incertezas que poderiam ser aprimoradas na próxima atualização do relatório, previsto para o início de 2009. Alguns problemas da metodologia são bastante conhecidos dos pesquisadores, como a indisponibilidade de dados precisos de consumo de alimento e taxa de conversão do metano, índices zootécnicos de alta relevância para contabilização de emissões.

Emissões, seqüestro e balanço de carbono na pecuária brasileira

Emissão do gado	+	1,18 Mg CO ₂ eq/ha/ano
Seqüestro por pastagens	-	0,78 Mg CO ₂ eq/ha/ano
Estimativa de Balanço	=	0,40 Mg CO ₂ eq/ha/ano

Fonte: Cepea/USP (2008)

Uma das principais questões metodológicas diz respeito ao seqüestro de carbono por pastagens. Não é novidade para os pesquisadores que estudam o assunto que as pastagens recuperam o carbono atmosférico, estocando na matéria orgânica do solo. Ainda assim, por ser um tema em discussão, o seqüestro de carbono não é contabilizado na metodologia do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), corpo científico internacional responsável por estudar as mudanças climáticas.

Estimativas preliminares indicam que o seqüestro por pastagens da pecuária pode absorver até 66% do carbono emitido pelo gado – conforme demonstra o quadro – de forma que as emissões líquidas da pecuária do corte podem ser substancialmente reduzidas, em oposição a outros setores econômicos que apenas emitem carbono.

De fato, estudos comparativos internacionais, também preliminares, indicam que a pecuária no Brasil emite praticamente a mesma quantidade de metano que os sistemas intensivos e semi-intensivos presentes em países europeus. No caso brasileiro, a emissão é quase toda decorrente da fermentação entérica, ao passo que, nos outros países, a importância da decomposição dos dejetos é maior, além do carbono emitido pela atividade por meio da aquisição de rações. A grande diferença na contabilidade das emissões seria, portanto, a absorção de carbono pelas pastagens brasileiras, de grande importância em um País que cria mais de 95% de seu gado de forma extensiva.

Estratégias de Mitigação

Ainda assim, se faz necessário compreender com mais profundidade quais são as estratégias de mitigação possíveis para a atividade, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também do que é economicamente viável. Dois eixos de pesquisa estão sendo trabalhados nos campos da genética e da melhoria de alimentação. Na genética, são identificadas ações como a

seleção de matrizes que emitam menos metano, assim como é feito na questão do ganho de peso. Mas essa iniciativa pode ser de difícil execução se levar em conta que não é fácil para o pecuarista saber qual animal do seu rebanho emite mais ou menos metano.

Pesquisas também indicam que seria possível inibir a produção de metano via o uso de promotores de crescimento ou uso de extratos naturais. Outra possibilidade seria a imunização contra agentes metanogênicos via produção de vacinas, mas até o momento a eficácia dessas vacinas é de curto prazo, pois no médio prazo a ecologia ruminal se restabelece.

Mas é no campo da alimentação que são previstos os melhores meios de ação. Além de reduzir a emissão de GEE, a busca pela maior eficiência alimentar também reduz os demais impactos ambientais da pecuária, pois aumenta a eficiência do uso da terra. Entre as ações, a melhoria de pastagens e a recuperação das pastagens degradadas é a que mais se destaca, pois ajuda a controlar todas as externalidades negativas da pecuária por meio do aumento da produtividade do fator terra. Além do mais, é conhecido no setor que o aumento da eficiência da pecuária poderia liberar de 30 a 70 milhões de hectares de pastagens para outras atividades agrícolas, juntamente num momento em que cresce a discussão sobre o uso da terra no Brasil e na agricultura.

Outra estratégia é pela via do aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, os sistemas silvipastoris, que incorporam a atividade florestal à pecuária. Ainda assim, tais atividades necessitam de melhor estudo de viabilidade econômica e de risco, para saber mais precisamente quando a atividade poderia ser vantajosa ou quando seria apenas mais um encargo financeiro nas contas do pecuarista.

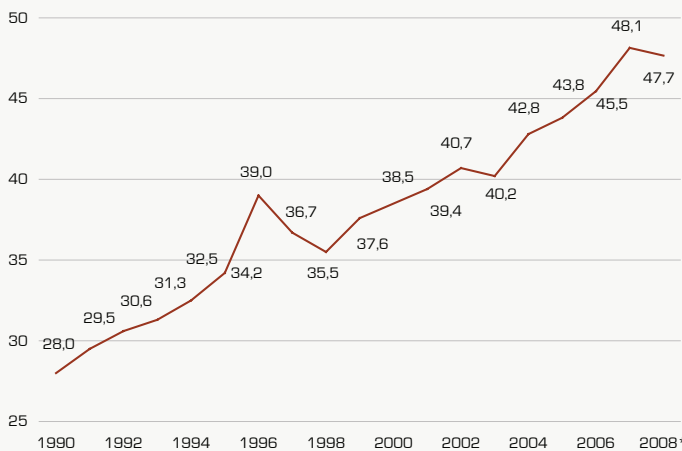
Aumento de produtividade

O estudo do Cepea comprova que o aperfeiçoamento da sustentabilidade ambiental da pecuária passa pela manutenção do aumento de produtividade que vem ocorrendo nos últimos anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 1990, cada cabeça do rebanho nacional produzia cerca de 28 quilos/equivalente carcaça por ano. Em 2007, esse número chegou a 48 quilos/equivalente carcaça por ano, o que representa um aumento de 71,4% de produtividade. Para que esse avanço continue serão necessários investimentos públicos e privados na recuperação de pastagens e em outras alternativas de adoção de tecnologia.

O aumento da produtividade na pecuária não traz apenas benefícios econômicos à atividade, mas também ambientais. Segundo projeções das emissões da pecuária brasileira, até 2025 o rebanho brasileiro tende a crescer 7,4%, enquanto o abate seria aumentado em 25,4%. Com maior produção de carne usando menor rebanho, as emissões de metano praticamente não seriam alteradas, enquanto a relação metano por unidade de carne produzida cairia 18%, tendo em vista um

cenário em que o aumento da produtividade da pecuária é apenas mantido e não acelerado.

Ganhos de produtividade na pecuária de corte brasileira (Em Kg/eq.carcaça/cabeça)



Fonte: Cepea

Projeção das emissões de GEE da pecuária

Ano	Nº de vacas (milhões)	Efetivo (milhões)	Abate (milhões)	Produção de Carne (MMTCE)	Emissões (MMTCH ₄)	CH ₄ /CE
2007	64,3	208,0	43,0	8,83	9,56	1,08
2011	63,3	209,8	45,1	9,20	9,55	1,04
2015	63,0	214,0	48,0	9,73	9,65	0,99
2019	62,6	217,9	51,1	10,29	9,74	0,95
2023	62,1	221,4	54,1	10,81	9,80	0,91
2025	62,0	223,4	55,6	11,08	9,84	0,89
Variação	-3,6%	7,4%	29,3%	25,4%	2,9%	-17,6%

Fonte: Cepea

Entre as recomendações que podem ser extraídas dessa análise, sugere-se que sejam destinadas linhas de financiamento de projetos de adequação ambiental para a pecuária, como explorar linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em recuperação de pastagens. Também se propõe mais recursos para investimento em pesquisa, como: no desenvolvimento de metodologia de contabilidade ambiental que melhor retrate a realidade brasileira; estudos comparativos de economicidade das alternativas de mitigação; pesquisas de variedades de forragens mais produtivas; pesquisa em sistemas de manejo como a integração pecuária-lavoura; e pesquisa do ciclo de carbono nos solos e sistemas produtivos brasileiros.

* Assessor Técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA

** Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia da Produção Pecuária – Cepea/Esalq/USP